



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

05/05/2022

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



BC eleva juros a 12,75% ao ano, maior taxa desde fevereiro de 2017

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central elevou nesta quarta (4) a taxa básica de juros (Selic) novamente em 1 ponto percentual, passando de 11,75% para 12,75% ao ano, confirmando as expectativas do mercado. O colegiado também indicou que o ciclo de aperto monetário ainda deve continuar "avançando significativamente em território ainda mais contracionista".

Com a alta, a Selic atingiu agora o maior patamar desde 22 de fevereiro de 2017, quando a taxa de juros estava em 13% ao ano, ainda no governo de Michel Temer (MDB). Foi a décima elevação consecutiva da Selic, que acumula alta de 10,75% desde março de 2021, o que faz desse ciclo de aperto o mais forte desde a criação do sistema de metas para inflação, em 1999, quando a taxa básica foi de 25% para 45% ao ano.

Sobre seus próximos passos, o BC antecipou que prevê uma nova alta, de menor magnitude, no encontro de junho.

"O Comitê nota que a elevada incerteza da atual conjuntura, além do estágio avançado do ciclo de ajuste e seus impactos ainda por serem observados, demandam cautela adicional em sua atuação", afirmou no comunicado da decisão.

"O Comitê entende que essa decisão reflete a incerteza ao redor de seus cenários e um balanço de riscos com variância ainda maior do que a usual para a inflação prospectiva, e é compatível com a convergência da inflação para as metas ao longo do horizonte relevante, que inclui o ano-calendário de 2023", disse.

A decisão do Copom desta quarta veio em linha com a projeção unânime do mercado financeiro. Levantamento feito pela Bloomberg mostrou que todos os analistas consultados esperavam elevação de 1 ponto na Selic, na tentativa de frear a inflação.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 05 de maio.

Inflação 'comeu' um terço dos salários no pós impeachment. De 2020 a 2022, produtos básicos dobraram de preço

A inflação, que sobe desde meados de 2020, já correu um terço o poder de compra dos salários se considerado o período a partir de 2017, no pós impeachment. O INPC-IBGE (índice usado como referência nas negociações salariais) soma 32,5% de janeiro de 2017 a março deste ano. As estimativas são de que, pelo menos por enquanto, os preços continuem aumentando.

Visível nas prateleiras de supermercados e nas plaquinhas das feiras livres, a alta dos preços se associa à redução do poder aquisitivo. Apenas no período de pandemia, entre o final de 2019 e igual período de 2021, o rendimento médio calculado pelo IBGE caiu em torno de 8%, para R\$ 2.377. Mas o Dieese lembra que mais da metade dos ocupados (54%) ganhava R\$ 1.500 ou menos. Só nos últimos 12 meses, até março, o rendimento caiu 8,7%.

"A queda no poder de compra dos trabalhadores é agravada porque os preços dos produtos da cesta básica subiram ainda mais do que a inflação geral", informa o Dieese. "Desde o começo da pandemia, o custo do conjunto de alimentos básicos teve acréscimo de R\$ 243 em São Paulo, aumento de 47% entre março de 2020 e março de 2022." Assim, o valor estava em R\$ 761 no terceiro mês do ano. Isso corresponde a 63% do salário mínimo oficial (R\$ 1.212).

Assim, alguns dos produtos do dia a dia mais que dobraram de preço neste período, também com base na cesta básica paulistana. O café, por exemplo, saltou de R\$ 18,48 para R\$ 39,08 nestes dois anos – variação de 111,5%. Já o óleo foi de R\$ 3,88 para R\$ 9,41 (142,5%). O preço da carne aumentou 50%, para R\$ 45,74, o que ajuda a explicar por que o consumo desse item foi o menor em duas décadas e meia, segundo a Embrapa.

O instituto deverá divulgar nesta sexta-feira (6) os dados da cesta básica em abril. Na próxima quarta (11), saem o IPCA e o INPC do mês passado. A "prévia" já mostrou a maior inflação mensal em 27 anos. Hoje, o Comitê de Política Monetária (Copom) deve anunciar nova alta dos juros, para o maior nível em cinco anos, medida que não tem ajudado no combate à inflação.

Saiba mais em: CNTI, quinta-feira 05 de maio.

Análise automática de benefícios do INSS por robô falha, diz sindicato

O uso de inteligência artificial pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) na concessão de benefícios previdenciários com a intenção de diminuir a fila de pedidos tem levado a um alto índice de respostas negativas aos segurados, segundo informações do SINSSP (Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo).

A medida vem sendo chamada pelos servidores de "indeferimento automático", em alusão à concessão automática de benefícios iniciada pelo instituto em maio de 2018. Nela, o segurado faz a solicitação e, se houver o direito após o "robô" fazer a varredura da situação previdenciária do trabalhador, há a concessão.

A Dataprev (empresa de tecnologia do governo federal) afirma que utiliza um sistema de inteligência artificial capaz de deferir ou indeferir benefícios. Em 2019, o órgão lançou a ferramenta Issac. A empresa diz que não se trata especificamente de robôs, mas de uma ferramenta que, acoplada ao Meu INSS, faz concessão ou indeferimento de forma automática.

"A partir do número de CPF do cidadão, o sistema consulta toda a vida laboral do requerente e submete as informações à análise para concessão do benefício. São calculados, por exemplo, tempo de contribuição e qualidade de segurado."

A sindicalista afirma que, com o uso de robôs e o aumento das negativas, os segurados mais carentes, que pedem o BCP/Loas (Benefício de Prestação Continuada, da Lei Orgânica de Assistência Social), são os mais prejudicados. Isso porque, segundo Vilma, são os que estão esperando na fila por mais tempo e acabam sendo o alvo da ação da inteligência artificial.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 05 de maio.

Maioria dos brasileiros não sabe quanto vai ganhar ao se aposentar pelo INSS

O brasileiro, em geral, não sabe quanto vai ganhar depois que se aposentar, segundo levantamento da Fenaprevi (Federação Nacional de Previdência Privada e Vida).

Segundo pesquisa com o Datafolha, que ouviu 2.023 pessoas no fim do ano passado, três em cada dez entrevistados pretendem viver com a aposentadoria do INSS quando pararem de trabalhar, mas 64% deles desconhecem o valor que receberão.

A pesquisa também perguntou como os entrevistados se sustentariam caso vivessem até os 150 anos de idade. Cerca de 8% deles disseram acreditar que teriam dinheiro suficiente guardado para se manter até lá. Para cumprir o plano, a maior parte indicou a possibilidade de economizar e investir.

A expectativa de aproximadamente metade dos brasileiros é parar de trabalhar aos 60 anos de idade, mas 28% deles acham que não conseguirão atingir o objetivo, diz a pesquisa. Saiba mais em: Folha de São Paulo, quinta-feira 05 de maio.

Endividamento de famílias paulistanas atinge recorde em abril, diz FecomercioSP

O endividamento das famílias na capital paulista atingiu um nível recorde em abril, na esteira do cenário de aumento dos juros e inflação elevada no País. Dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) cedidos com exclusividade ao Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) mostram que, no quarto mês do ano, 3,01 milhões de famílias tinham dívidas - o equivalente a 75,3% do total de domicílios da cidade e o maior nível da série histórica do levantamento, iniciada em 2010.

No mesmo mês, a pesquisa constatou uma taxa de inadimplência de 24,6% em São Paulo, que representa 986 mil famílias com contas em atraso. A proporção de inadimplentes é mais alta entre as famílias com renda de menos de 10 salários mínimos (29,5%), enquanto as famílias com rendimentos superiores a este nível registraram taxa de 12,2%. Ao todo, 10,1% dos inadimplentes avaliaram que não devem conseguir quitar as dívidas atrasadas, também a maior taxa desde 2010.

"Contudo, a melhora do emprego não foi suficiente para contrabalancear a inflação", afirma a FecomercioSP. A entidade destaca a quase estabilidade do Nível de Consumo Atual, com alta de 0,4%, a 57,4 pontos. O indicador de Perspectiva de Consumo caiu 6%. Por fim, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) recuou 0,7%, a 104,3 pontos, com queda de 1,9% do Índice de Expectativas do Consumidor (IEC) e alta de 2,8% do Índice de Condições Econômicas Atuais.

Saiba mais em: A Tribuna, quinta-feira 05 de maio.